

INSTITUTO
 SOCIOAMBIENTAL
Documentação
 Fonte: GM/Saneamento e Saúde
 Data: 8/7/2002 Pg: 05
 Class.: 402

LIVRO

SP amplia interesse por madeira certificada

A oferta ainda é pequena, pois 95% das árvores da Amazônia, por exemplo, não têm o selo da certificação

Renata Ferreira de Belém

O estado de São Paulo tem uma demanda potencial para a utilização de madeira certificada de aproximadamente 20% (1,2 milhão de metros cúbicos em tora) do volume total consumido pelo Estado. Em 2001, São Paulo consumiu o equivalente a 6,1 milhões de metros cúbicos em tora de madeira extraída da Amazônia Legal. Essa participação é consequência da importância do Estado na economia nacional (34,95% do PIB) e por abrigar 22% da população do País.

A constatação faz parte do livro "Acertando o Alvo Dois: Consumo de Madeira Amazônica no Estado de São Paulo e Potencial para Certificação Florestal", elaborado por uma parceria entre o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a entidade Amigos da Terra-Amazônia Brasileira e o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). A iniciativa contou ainda com o apoio da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e da Embaixada do Reino dos Países Baixos. O livro será lançado nesta semana em Belém (PA).

A obra dá continuidade ao estudo iniciado no livro "Acertando o Alvo Um", lançado em 1999, que envolveu a mesma parceria. Segundo Adalberto Veríssimo, um dos autores do "Acertando o Alvo Dois", São Paulo consome isoladamente mais madeira tropical (nativa da floresta) do que qualquer país da Europa.

Interesse pelo certificado

A França, maior comprador de madeira entre os países europeus, consumiu 2,5 milhões de metros cúbicos de madeira plantada (600 mil árvores), em 1999. "A situação da França atualmente deve ser parecida com a de três anos atrás", afirma o pesquisador. Veríssimo diz ainda que, em 2001, a

SP - Consumo de Madeira Amazônica				
Setores envolvidos		Volume consumido de madeira em tora (mil m ³ /ano)	Percentual de consumo	Percentual de demanda por madeira certificada (%)
Depósitos madeira		4.200	69,0	15,0
Indústrias	Móveis	666	11,0	20,0
	Casas de madeira	165	2,7	100,0
	Pisos e esquadrias	147	2,4	100,0
	Diversas	301	4,9	10,0
Construção vertical		630	10,0	10,0
Total		6.109	100,0	20,0

Madeira Certificada
 Os certificados para extração das madeiras de lei são emitidos pela entidade internacional Forest Stewardship Council (FSC) ou por alguma instituição credenciada por ela. No Brasil, foi credenciado pela FSC o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imaflora). O certificado oferece garantias de que a madeira foi extraída por uma empresa (ou comunidade) em área de manejo sustentável, economicamente viável e ambientalmente adequada.

Fonte: "Acertando o Alvo Dois", de Adalberto Veríssimo, Leonardo Sobral, Erivelthon Lima, Tasso Azevedo e Roberto Esmeraldi

indústria madeireira da Amazônia movimentou US\$ 2,5 bilhões.

A constatação de que São Paulo tem interesse em madeira certificada foi surpreendente para os autores do livro. "Essa demanda certamente vai crescer nos próximos dois anos, com as campanhas que serão lançadas e que vão explicar o que é a certificação".

A Amazônia Legal, de acordo com o pesquisador, tem hoje 330 mil hectares de floresta certificada - no Pará, estão 200 mil, no

Amazonas, 132 mil e no Acre, apenas mil hectares. Ou seja, 95% da floresta Amazônica não têm o selo de certificação. Mas a situação já foi bem pior. Em 1994, o manejo florestal era inexistente na Amazônia. "A demanda de São Paulo por madeira certificada é muito maior do que a oferta".

Depósitos de madeira

Na opinião de Veríssimo, a certificação é o futuro da madeira da floresta Amazônica, pois somen-

te essa chancela dará credibilidade ao produto. "O setor madeireiro tem uma imagem muito ruim no mercado, em função das extrações ilegais. E os compradores do produto estão preocupados com isso", diz o pesquisador. Segundo o livro, as madeiras certificadas já obtêm melhores contratos de venda nos mercados externos e no mercado interno. De acordo com o estudo do Imazon, Mato Grosso, que não conta com florestas certificadas, é o principal

fornecedor de madeira para os depósitos de São Paulo, com cerca de 60% do volume comercializado. Em seguida, vem o Pará, com aproximadamente 22%, enquanto a madeira oriunda de Rondônia representa 15%. O restante (3%) é distribuído entre os estados que compõem a Amazônia Legal.

O livro mostra também que os depósitos de madeira de São Paulo foram responsáveis por 69% da comercialização do produto. As indústrias de produtos de madeira responderam por 21% do volume e a construção vertical consumiu 10% da madeira amazônica utilizada no Estado. Por meio desses três grandes setores, a madeira é destinada ao consumidor final na forma de estruturas de telhados de casas (42%), andaimes e formas para concreto (28%), móveis populares (15%), forros, pisos e esquadrias (11%), casas pré-fabricadas de madeira (3%) e móveis finos, peças de decoração (1%).

Na construção de casas

Grande parte da madeira comercializada pelos depósitos é destinada à construção de casas. Essa constatação também causou uma certa surpresa aos pesquisadores, pois eles pensavam que os prédios utilizavam a maioria da madeira da construção civil. Isso significa também, segundo Veríssimo, que ainda não existe um substituto para a madeira usada nas estruturas dos telhados das casas. No entanto, a maioria dos donos de depósitos (57%) acredita que a madeira será substituída, ao longo do tempo, por outros produtos, tais como plástico PVC, alumínio e cerâmica.

As peças de acabamento (forros, portas e janelas) representam menos de 10% do volume total vendido pelos depósitos. Há cerca de dois mil depósitos de madeira em São Paulo, localizados principalmente em cidades que têm entre 100 mil e 500 mil habitantes, como Piracicaba, Botucatu, Sorocaba e Ribeirão Preto.

Poucos fiscais para comércio amplo

Renata Ferreira e Adriana Miranda De Belém e São Paulo

O livro "Atirando no Alvo Dois" não se refere ao mercado clandestino de madeiras de lei no Estado de São Paulo. O que se sabe é que o Mato Grosso, onde não existem áreas de extração certificada, é o principal fornecedor do mercado paulista. A madeira que chega a São Paulo é extraída de áreas não manejadas, o que não é sinônimo de comércio ilegal. Mas, se depender do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama/São Paulo) para fiscalizar irregularidades do setor, o mercado ilegal não será nem reprimido e nem identificado.

O gerente-executivo do Ibama/São Paulo, Wilson Almeida Lima, diz que o órgão não tem fiscais em número suficiente para monitorar o comércio de madeira. Os 640 municípios paulistas são cobertos por apenas 30 fiscais. "Nos oito escritórios do Estado de São Paulo é possível atuar quase que somente em função das de-

núncias que nos chegam".

Segundo ele, não é possível uma fiscalização regular em estradas. Lima afirma que é muito difícil comprovar o carregamento de madeira clandestina. O diretor da empresa Ecolog Produtos Florestais Certificados, Juarez Deltrejo, aposta que os consumidores serão, em breve, os principais fiscais. "Cresce o número de pessoas que querem saber a procedência da madeira", diz. Ele passou há mais de um ano a vender apenas madeira certificada.